

“Nome dele é viável em todas siglas”

Gilberto Leite



O deputado federal Emanuel Pinheiro Neto (PTB) defendeu que seu pai, o prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), termine o mandato como prefeito de Cuiabá em dezembro de 2024, ao invés de se candidatar a governador para concorrer com Mauro Mendes (DEM) no ano que vem. Apesar de não se colocar a favor da candidatura do pai, Emanuelzinho destacou que o prefeito tem força política suficiente para ser candidato em qualquer partido que escolher

PÁG. 3

TJ libera reabertura de escolas; Sindicato sinaliza resistência

Laura Poersch Schommer/PMCB



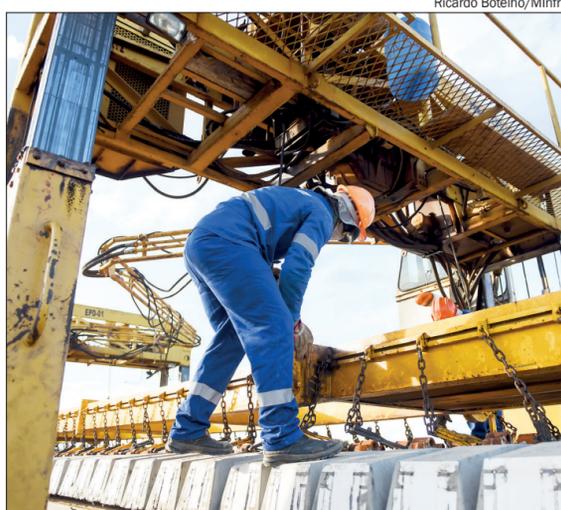
O Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), em decisão liminar, suspendeu a eficácia da lei que condiciona o retorno das aulas presenciais na rede estadual à comprovação da imunização completa dos professores. Com a decisão, o governo do Estado fica liberado para prosseguir com o planejamento de reabertura das escolas no dia 3 de agosto, quando terão início as aulas na modalidade híbrida. Contudo, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público, Valdeir Pereira, criticou a decisão da Justiça Estadual e afirmou que o retorno das atividades presenciais será deliberado pela categoria em assembleia geral

PÁG. 5

Ferrovia deixará de ser apenas um sonho

A construção de uma ferrovia até o ‘coração’ de Mato Grosso deixará de ser um sonho em breve. Um edital de chamamento público para construção da ferrovia estadual que ligará Cuiabá aos municípios de Rondonópolis, Nova Mutum e Lucas do Rio Verde foi anunciado pelo governador Mauro Mendes (DEM). A concessão por meio de autorização irá acelerar o processo de implantação da ferrovia, ao mesmo tempo em que transfere para a iniciativa privada todos os riscos e custos do empreendimento

PÁG. 7



Ricardo Botelho/Minfra



Gilberto Leite

Mais um motivo para vacinar

Cidades que apresentarem melhor desempenho na vacinação contra todas as doenças serão premiadas pelo governo do Estado. É o que prevê o programa Imuniza Mais MT, lançado pelo governador Mauro Mendes (DEM) e o secretário de Estado de Saúde, Gilberto Figueiredo. Serão distribuídos R\$ 65 milhões aos municípios por meio da premiação, mas esses recursos só podem ser aplicados na Saúde Pública. Dados apresentados pelo governo mostra que a cobertura vacinal está muito abaixo do esperado para conter o avanço de doenças altamente infecciosas

PÁG. 4

AL aprova recursos para Saúde e Social

Os deputados estaduais aprovaram durante a sessão extraordinária, o projeto de lei que destina os recursos do antigo Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal de Mato Grosso (FEF). Pelos termos aprovados no plenário, os recursos serão divididos em 80% para a Saúde e 20% para a Assistência Social. Pelo texto aprovado, os hospitais filantrópicos ficarão com a maior ‘fatia do bolo’, ficando o restante dos recursos para os municípios

PÁG. 4



Gilberto Leite

Mauro defende 3ª via em 2022

O governador Mauro Mendes (DEM) defendeu a construção da chamada ‘terceira via’ para enfrentar os possíveis candidatos à Presidência, Lula (PT) e Jair Bolsonaro. A fala de Mendes mostra alinhamento com a condução nacional do partido, que também se aliou ao MDB e ao PSDB na busca por um nome viável para 2022. Segundo ele, o Brasil precisa de um presidente que tenha foco no trabalho

PÁG. 5

Família faz rifa para ajudar bebê

A pequena Eloá, de apenas um ano e oito meses, precisa de ajuda. A família da criança está rifando uma moto okm para realizar uma cirurgia. Diagnosticada com craniossistonose bilateral tipo braquecefalia, um problema que impede o desenvolvimento natural do crânio, a menina precisa de uma cirurgia que custa R\$ 95 mil, dinheiro que sua família não tem. Interessados em ajudar podem comprar uma rifa por meio do site, contribuindo com o valor de R\$ 20

PÁG. 6

EDITORIAL

Celeiro da desigualdade

A inflação apresentou sinais de desaceleração em junho, após um forte avanço em maio. No entanto, continua inflando as famílias brasileiras, principalmente as mais pobres. E até mesmo esse movimento de desaceleração se dá com uma vantagem para os mais ricos, conforme mostram dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Com a escalada dos preços dos alimentos e dos itens básicos de moradia - energia e combustíveis -, a inflação para os mais pobres representa um

peso maior do que para os mais ricos ao longo de todo o ano.

Conforme os dados do Ipea, a inflação para as famílias de renda mais baixa ficou em 0,62% em junho. Já para as famílias de renda mais alta, o índice bateu em 0,36%. Esse resultado se dá em um cenário já bastante desfavorável para as famílias menos abastadas. Assim, o grupo de renda mais baixa acumula inflação de 9,24% em doze meses, ao passo que o andar mais alto percebeu inflação de 6,45%.

Assim como ocorrido no mês anterior, em junho, a maior contribuição à alta de preços veio do grupo habitação, impactado pelo reajuste das tarifas de energia elétrica e, em menor escala, pelos aumentos nos preços do gás. No caso da energia, a variação de 1,95% em junho reflete o acionamento da bandeira vermelha patamar 2. As variações do gás por sua vez, seguem impactadas pela alta dos preços internacionais e já acumulam, neste ano, variações de 16% para o botijão e 14,2% para o gás encanado.

Para as famílias de renda mais baixa, a pesquisa constatou que a deflação de alguns itens considerados

importantes na cesta básica - como cereais (-0,73%), tubérculos (-11,2%) e frutas (-2,7%) - não foi suficiente para compensar as altas nos preços das carnes (1,3%), das aves e ovos (1,6%) e dos leites e derivados (2,2%). Com isso, mais uma vez o grupo alimentação e bebidas foi um foco de pressão inflacionária, o segundo maior de junho.

O resultado de tamanha desigualdade foi estampado nas manchetes de jornais brasileiros durante a última semana, com a fila para conseguir doação de ossinhos com restos de carne em um açougue de Cuiabá. Isso na capital do estado que é o maior exportador de carnes

do Brasil, que contou com um faturamento de US\$ 1,63 bilhão só com a exportação de carne bovina em 2020. É o retrato claro de um país que dá cada vez menos atenção às necessidades de sua gente. O 'celeiro do mundo' tem comida para matar a fome em outras nações, mas não consegue entregar o básico a seus cidadãos.



Trabalho infantil

Caiubi Kuhn (*)

Nos últimos anos temos vistos setores da sociedade realizando um esforço para normalizar o trabalho infantil, e até cometerem o crime de chamar de empreendedor uma criança que precisa trabalhar para sobreviver. Mas quem defende essa linha no mínimo ignora as estatísticas brasileiras, que demonstram que o trabalho infantil está relacionado com condições sociais precárias, com abandono escolar e com a consequente condenação de parte dos nossos jovens a um cenário de vida com oportunidades ruins e poucas condições de desenvolvimento humano. Para piorar, essas pessoas que defendem a normalização do trabalho infantil parecem se esquecer dos mais de 14 milhões de desempregados e dos mais de 6 milhões de desalentados, que são pessoas que já desistiram de procurar emprego devido as poucas oportunidades existentes.

Conforme a Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2016, o nível de ocupação de 05 a 13 anos é de 0,7%, de 14 a 17 anos de 11,9%. O trabalho infantil predomina entre crianças do sexo masculino, que representam 65,3%, quanto as meninas representam 34,7%.

Na faixa etária de 5 a 13 anos a principal atividade é a agricultura, com 47,6%, seguido por comércio e reparação com 21,4% e serviços domésticos com 6,3%, outras atividades representam 24,7%. Na faixa etária de 14 a 17 anos 27,2% dos adolescentes trabalham no comércio e reparação, 21,4% na agricultura,

6,4% em serviços domésticos e 44,9% em outras atividades.

O local de trabalho das crianças também muda conforme a faixa etária, na idade de idade de 5 a 13 anos, 73% das crianças são trabalhadores auxiliar da família, 19,6% trabalham como empregado, 7,4% trabalham por conta própria ou empregador, já para faixa etária de 14 a 17 anos, predomina o trabalho como empregado que representa 66% do total de ocupados, seguido por trabalho familiar auxiliar com 21,5% e por conta própria ou empregador representando 12,5%.

Já na PNAD contínua de 2019, que abordou sobre educação apresentou números sobre os motivos para o abandono escolar. Dentre os que abandonaram a escola, 50% alegaram que abandonaram a escola por precisarem trabalhar, 33% alegaram não ter interesse. Entre as mulheres 24,1% alegaram não ter interesse na escola, 23,8% abandonaram os estudos devido a idade ou trabalho e 11,5% por precisarem fazer afazeres domésticos.

Esses números ajudam a explicar um problema crônico do Brasil que é o abandono escolar ainda no ensino fundamental ou antes de completar o ensino médio. No Brasil a taxa de escolarização na faixa etária de 6 aos 14 anos é de 89,2%, na faixa de 15 a 17 anos ela cai para 32,4% e entre 18 e 24 anos reduz para 4,5%. Esse fator ajuda explicar o porquê o país até hoje não possui 50% da população de mais de 25 anos com o ensino médio completo. Isso significa que mais da metade da população brasileira não pode se quer prestar o vestibular ou fazer um concurso

público para vagas que exijam o ensino médio, nível técnico ou superior.

E onde esse problema começa? Sim, é no trabalho infantil, na precariedade das políticas públicas de proteção social e na existência de poucas políticas de transição escola trabalho para a faixa etária de 11 a 18 anos, onde o problema de evasão escolar é maior.

Apresento esses dados com tristeza e indignação. E ao mesmo tempo me lembro da minha própria história de vida. Comecei a trabalhar ainda criança. Na verdade, nem sequer consigo definir a idade exata de tão jovem que era. Mas me lembro que entre as muitas atividades de desenvolvi, está a venda artesanatos, coleta esterco, venda de jornais, picolé, frutas, pão caseira, e é claro, carpir quintal, cuidar de jardins entre outros serviços braçais.

Faço parte de um pequeno grupo que conseguiu romper a tendência normal das estatísticas e segui nos estudos. Porém esse não é o caminho comum da maioria das crianças e jovens que precisam trabalhar e estudar. Para esse público, o maior desafio e conciliar o tempo e o cansaço que vem da dupla jornada. Como se não bastasse, ao contrário do jargão dos empreendedores que diz "trabalhe enquanto eles dormem", as crianças e jovens que vivem a realidade do trabalho infantil, ainda precisam conviver com o fato que sempre terão que fazer as suas 24 horas renderem mais que as 24 horas dos jovens de classe média e da elite brasileira.

Sim, enquanto as crianças pobres trabalham, as crianças ricas fazem inglês, es-

tudam ciências, fazem artes, danças e muitas outras atividades que auxiliaram no seu desenvolvimento pessoal e profissional. Caso uma dessas crianças pobres consiga, apesar de todas as dificuldades, avançar nos estudos, ela lidará por muito tempo com diferenças de oportunidades relacionadas as atividades que são realizadas no contraturno escolar.

Defender políticas corretas de transição escola trabalho, para a faixa etária entre 11 e 18 anos, que incluam o fomento à educação e o suporte social e econômico, é o único caminho para asseguramos oportunidades para os jovens filhos dos mais pobres. O governo federal deve priorizar investimentos nestas crianças, pois com certeza entre elas podem existir muitos futuros professores, cientistas, médicos, advogados e quem sabe até futuros ganhadores de prêmios Nobel.

Ao garantir a educação dos filhos dos mais pobres, se pode romper ciclos e possibilitar construir novas perspectivas de futuro. Em nossa sociedade o filho dos mais ricos recebe de forma hereditária a herança, mas não podemos normalizar e nem aceitar que a pobreza seja hereditária.

Trabalho infantil não! Educação e proteção social sim!

CAIUBI KUHN - Professor na Faculdade de Engenharia (UFMT), geólogo, especialista em Gestão Pública (UFMT), mestre em Geociências (UFMT).



Autorreforma do PSB

Max Russi (*)

As eleições 2022 já despontam em um horizonte próximo. Os partidos políticos já começam a se organizar para conseguir fazer um bom projeto de governo, que é fundamental para oferecer soluções para este momento pelo qual passamos, marcado pela crise provocada pelo coronavírus, que expôs ainda mais os abismos sociais, econômicos e políticos que existem na sociedade.

O PSB vem se organizando de uma forma diferente. Estamos promovendo em âmbito nacional a Autorreforma, uma reestruturação no jeito que pensamos, fomentamos e executamos nosso projeto político-partidário.

Acreditamos que o partido deve se posicionar e oferecer respostas às principais necessidades da sociedade. Por essa razão, o primeiro eixo temático da Autorreforma do PSB se concentra nas necessidades de reforma do Estado brasileiro.

Essa discussão leva em consideração as reformas estruturantes que o país precisa enfrentar para que o desenvolvimento econômico e sustentável seja, de fato, uma realidade.

A Autorreforma também tem discutido em seu segundo eixo a economia, com foco na prosperidade, na igualdade e sustentabilidade, preocupando-se no desenvolvimento à serviço das pessoas e da vida.

Neste sentido, o PSB está focado no terceiro eixo de discussão no desenvolvimento sustentável e na economia verde, que são temas que o mundo inteiro tem se debruçado, e nós, principalmente, Mato Grosso, temos um papel preponderante nessa discussão, porque somos produtores de commodities que abastecem o mercado internacional, e também temos reservas ambientais de grande relevância que concentram três importantes biomas: Amazônia, Cerrado e Pantanal.

Dois outros eixos complementam as discussões da Autorreforma, sendo a temática IV que trata sobre Políticas Sociais e Cidades

Criativas e a V, que discute Socialismo Criativo, Democracia e Partido.

A Autorreforma demonstra ser um diálogo indispensável em nível de partido e de Brasil, porque infelizmente, enquanto sociedade brasileira deixamos de lado alguns temas que são fundamentais para nosso crescimento amplo, qualificado e eficiente.

Dessa forma, vemos que grandes crises como a pandemia tem nos afetado de forma muito mais agressiva do que se estivéssemos estruturados com um sistema político sólido, uma economia autossustentável - sem tanta dependência dos incentivos do Estado - e condições de vida dignas para todos os cidadãos.

Pensar a Autorreforma de forma macro política e macroeconômica inclui pensar os desafios que Mato Grosso também possui. Precisamos agregar de forma urgente outros setores, como a agricultura de pequeno porte, os setores de comércio, serviço e indústria, e ter um olhar atento ao mercado informal de trabalho que cresce cada dia mais por conta

do empreendedorismo de necessidade, que é protagonizado pelos trabalhadores que perderam o emprego por conta da pandemia.

São muitas frentes que precisamos nos preocupar, e o PSB assumiu essa responsabilidade de pensar em nome do coletivo e para o coletivo. Queremos contribuir em 2022 com um plano de ação sólido, que estanque as feridas no presente e pavimente o caminho para um futuro próspero e com resultados progressivos, que elevem os níveis da forma que se faz política, como se estimula a economia criativa, inclusiva e abrangente, e que cada dia mais promova o acesso de todos ao desenvolvimento e a condições de vida melhores.

*MAX RUSSI é presidente estadual do PSB-MT e deputado estadual.



Doação de ossos de boi

Rosa Neide (*)

Chamou a atenção do Brasil a cena da fila de pessoas à espera por doação de ossos de boi em um açougue de Cuiabá, capital de Mato Grosso.

Os depoimentos das pessoas encheram nossos corações de tristeza. É cruel ver o sofrimento daqueles e daquelas que estão em situação de fome.

Os depoimentos registrados por jornalistas da capital revelam que as pessoas que foram

à porta do açougue, assim o fizeram porque estão desempregados (as), não possuem nenhuma renda, não conseguem mais colocar comida na mesa, carne, então, virou produto inacessível.

É muito doloroso verificar que em um País rico como o Brasil, chefes de família tenham que se submeter à busca de doações de ossos de boi, sendo que até bem pouco tempo a maioria absoluta do povo conseguia comprar carne, até mesmo para fazer um churrasquinho no final de semana.

É lamentável ver o Estado que tem o maior rebanho bovino do Brasil, o maior exportador de carnes, possuir famílias que dependem da doação de ossos.

Dados da Scot Consultoria apontam que em 2020, o faturamento com a exportação de carne bovina rendeu a Mato Grosso US\$ 1,63 bilhão. Nosso Estado conta com 31,7 milhões de cabeças de gado, líder nacional respondendo por 14,8% do rebanho do País. Em contrapartida, mais de 100 mil famílias vivem na extrema pobreza.

Dados divulgados este ano pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) apontam que no Brasil, há 27,7 milhões de pessoas extremamente pobres.

A desigualdade social perdura desde os tempos da colonização, mas teve períodos que foi enfrentada pelo governo federal. Fato que não está ocorrendo agora.

Entre 2003 e abril de 2016, o Brasil teve no Palácio do Planalto presidentes da República comprometidos com o combate à fome e à miséria. Tanto que o País saiu do mapa da fome da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2014.

Após o golpe contra a presidenta Dilma, políticas públicas de combate à miséria foram descontinuadas e a fome voltou a assombrar o País.

Levantamento feito pela Universidade Livre de Berlim (Alemanha), em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e com a Universidade de Brasília (UnB) apontou que entre agosto e dezembro de 2020, 59,4% dos domicílios do País apresentaram algum grau de insegurança alimentar.

São mais de 125,6 milhões de pessoas que não se alimentaram como deveriam ou não tinham certeza quanto ao acesso à alimentação.

Esses números comprovam a gravidade da fome no Brasil, exemplificada em cenas tristes como da fila para doação de ossos.

Citado pelas pessoas que estavam na fila, o desemprego bateu recorde, com mais de 14 milhões de trabalhadores e trabalhadoras sem trabalho.

Enquanto isso, o atual governo pagou o Auxílio Emergencial de R\$ 600,00 apenas por quatro meses.

Ou seja, desde abril de 2016 o Brasil não possui uma política pública efetiva e perene de combate à fome. Por isso essa tragédia. Por isso a fila para doação de ossos na capital do agronegócio.

Precisamos refletir sobre qual Estado e País queremos viver. Mato Grosso é o maior produtor de grãos e de carnes. Nosso Estado não possui problemas financeiros. O Brasil é muito rico, o celeiro do mundo. Até quando nossa sociedade continuará convivendo com a fome de milhares de mato-grossenses e milhões de brasileiros?

Nosso País já experimentou governos que têm como prioridade o desenvolvimento econômico, com combate à fome e às desigualdades. Precisamos resgatar essa prioridade. Nosso povo não aguenta mais. Nosso povo precisa voltar a ter vida plena, com dignidade e felicidade.

ROSA NEIDE é deputada federal (PT-MT).



Jornal
IMPRESSO MT

FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

DISPUTA PELO PAIAGUÁS

Emanuelzinho diz preferir que pai continue prefeito de Cuiabá até 2024, mas admite possibilidade de candidatura ao governo por 'clamor popular'

'É viável em qualquer partido'

Gilberto Leite



Emanuelzinho avalia que candidatura de seu pai ao governo é viável em qualquer partido

"Mas sou contrário a ele ser candidato. Acredito que deve terminar o mandato de prefeito, tem várias obras estruturantes em andamento. Não entendo como necessário sua candidatura. A não ser que parcela significativa da sociedade entenda", falou.

Apesar de não se colocar a favor da candidatura do pai, Emanuelzinho destacou que o prefeito tem força política suficiente para ser candidato em qualquer partido que escolher, o que viabilizaria sua disputa caso o MDB não queria apoiá-lo em 2022. Isso porque o partido enfrenta uma disputa interna: alguns filiados defendem a permanência do partido na base de Mauro para a reeleição, enquanto outra ala é adepta à candidatura de Emanuel ao governo.

"Emanuel Pinheiro não depende do MDB para ser candidato, o sentimento vem das ruas. Em qualquer partido o nome dele é viável", afirmou.

Outro nome da família Pinheiro que corre por fora na disputa pelo governo do Estado é o da primeira-dama de Cuiabá, Márcia Pinheiro. Nos

bastidores, ela é vista como possível vice de uma chapa encabeçada por Dilceu Rossato (Republicanos), ex-prefeito de Sorriso.

Conforme adiantado pelo Estadão Mato Grosso, Márcia Pinheiro, vem ganhando destaque no cenário político e tem sido cortejada por vários partidos

para disputar o pleito eleitoral em 2022. Nos próximos meses, além de apoiar o marido e o filho, Márcia poderá ter que cuidar da própria campanha.

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

Da redação

O deputado federal Emanuel Pinheiro Neto, o Emanuelzinho (PTB), defendeu que seu pai, o prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), termine o mandato como prefeito de Cuiabá em dezembro de 2024, ao invés de se candidatar a governador para concorrer com Mauro Mendes (DEM) no ano que vem.

O deputado disse que não vê a necessidade de Emanuel ser candidato ao governo, já que ainda tem muitas obras estruturantes em andamento em Cuiabá. Contudo, ele voltou a dizer que o 'clamor popular' pode mudar sua opinião, e a de seu pai.

AULAS PRESENCIAIS

Deputado tenta impedir reabertura de escolas

Da redação

O deputado estadual Lúdio Cabral (PT), que também é médico sanitário, criticou a decisão do Tribunal de Justiça que autorizou a volta às aulas na rede estadual a partir do dia 3 de agosto, mesmo sem todos os profissionais terem sido completamente vacinados, com as duas doses.

Em suas redes sociais, o deputado criticou a decisão do judiciário e citou que as autoridades têm sido negacionistas nas decisões referentes ao combate à covid-19.

"Não podemos aceitar esse negacionismo que contamina as autoridades públicas que têm

poder de decisão e foram responsáveis pelo fracasso de enfrentamento da pandemia desses 16 meses em Mato Grosso", escreveu.

Lúdio destacou ainda que Mato Grosso está entre as cinco unidades federativas com os menores índices de vacinação. Diante disso, ele argumenta que a liberação para reabertura das escolas estaduais vai expor ao risco de contaminação cerca de 400 mil crianças e jovens, que se encontraram diariamente por no mínimo 4 horas em ambiente escolar.

O deputado diz também que não há condições estruturais adequadas nas unidades



Lúdio aponta que decisão que liberou retorno às escolas é liminar e ainda pode ser derrubada

escolares e que não há nenhuma norma de segurança para evitar o contágio nas instituições públicas de ensino. O petista pede a mobilização dos profissionais da Educação e pais de alunos para evitar a volta das atividades presenciais.

"Na condição de deputado, estou cobrando já na Mesa Diretora e Procuradoria da Assembleia que recorra dessa decisão, que cabe recurso. É a decisão de um desembargador, é monocrática e cabe pedido da suspensão dessa liminar, para evitar que essa maldade se materialize", concluiu.

A retomada das aulas presenciais na rede

estadual está marcada para o dia 3 de agosto. Escolas particulares já retomaram as atividades em vários municípios de Mato Grosso após a aprovação da lei que torna Educação em um serviço essencial. Levantamento realizado pela Secretaria de Estado de Educação (Seduc) aponta que 27 municípios já retomaram as aulas presenciais na rede municipal.

Para a rede estadual, a Seduc informou que fez melhorias e tem liberado recursos para que as escolas comprem materiais de higiene pessoal e de limpeza, além de itens de segurança que ajudem a prevenir o contágio.

RESPALDO FEDERAL

Ministro: ferrovia estadual é exemplo ao Brasil

Da redação

Marco no desenvolvimento econômico de Mato Grosso e crucial para a ampliação da malha viária brasileira, a primeira ferrovia lançada pelo governo do Estado, cuja construção foi anunciada pelo governador Mauro Mendes (DEM) na última segunda-feira (19), deverá servir de exemplo para outras unidades da Federação.

A avaliação é do ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, que destacou a importância das iniciativas estaduais frente às dificuldades que o governo federal tem enfrentado para destravar legislações federais.

"Eu entendo que sim [outros estados podem seguir o exemplo de MT]. As leis estaduais são excelentes iniciativas. A extensão que está sendo

promovida pelo Governo de Mato Grosso é muito bem-vinda, porque no final das contas a gente aumenta a área de influência da ferrovia, permite buscar cargas mais longe, vai aumentar a quantidade de TKU [Tonelada Quilômetro Útil] dentro da ferrovia e isso é uma coisa interessante. Não vejo ali nenhum tipo de desconexão com a política nacional ferroviária", defendeu o ministro, durante live promovida pelo Valor Econômico, em parceria com a Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF).

A ferrovia estadual, que é uma obra pioneira e histórica em Mato Grosso, vai interligar Cuiabá a Rondonópolis, bem como Rondonópolis com Nova Mutum e Lucas do Rio Verde, além de se conectar com a malha ferroviária nacional.

Serão 700 km de extensão, a serem construídos pela empresa que sair vencedora do edital. Foi definido o modelo privado de exploração, pois nesse formato o Estado faz a chamada pública e as empresas se habilitam a participar de seleção para fazer os investimentos, por sua conta e risco. A empresa vencedora deve aplicar cerca de R\$ 12 bilhões no modal.

A OBRA - Com o anúncio, as empresas interessadas terão 45 dias para apresentar propostas. O investimento estimado é de R\$ 12 bilhões e a vencedora terá prazo de 45 anos para operar.

O objetivo do modal é integrar o Estado com o sistema federal de ferrovias e com os demais estados; integrar os modais logísticos de Mato Grosso; reduzir o custo para transporte da produção, com mais competitividade;

ampliar a circulação de produtos e ampliar alternativas para o transporte da produção.

A obra será iniciada em até seis meses após a emissão da licença ambiental de instalação. A previsão é que o Terminal de Cuiabá seja concluído até o 2º semestre de 2025 e o de Lucas do Rio Verde até o 2º semestre de 2028.

Estudos realizados pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra) apontam que a implantação da ferrovia vai impactar diretamente 27 municípios de Mato Grosso. Além de Primavera do Leste, Lucas do Rio Verde, Novam Mutum, Cuiabá e Rondonópolis, que receberão os terminais, as cidades de Juscimeira, São Pedro da Cipa, Jaciara, Santo Antônio do Leverger, Várzea Grande, Chapada dos Guimarães,



Ministro aponta que leis estaduais são alternativa viável para resolver gargalo logístico no Brasil

Rosário Oeste, Nobres, Diamantino, Sorriso, Sinop, Vera, Nova Ubiratã, Santa Rita do Trivelato, Paranatinga, Planalto da Serra, Nova Brasilândia,

Campo Verde, Poxoréu, São José do Povo e Pedra Preta também serão beneficiados, pois poderão se utilizar dos terminais da ferrovia.

QUASE UNÂNIME

Deputados mantêm destinação de 80% do extinto FEEF para a Saúde; hospitais filantrópicos ficarão com a maior fatia 'do bolo'

AL mantém dinheiro para o Social

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

Da redação

Os deputados estaduais aprovaram na segunda-feira (19), durante a sessão extraordinária, o projeto de lei que destina os recursos do antigo Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal de Mato Grosso (FEEF). Pelos termos aprovados no plenário, os recursos serão divididos em 80% para a Saúde e 20% para a Assistência Social.

O FEEF era um fundo temporário que deixou de existir no final de junho. Ele era mantido pela contribuição de empresas que recebem benefícios fiscais. Os recursos eram destina-

dos a investimentos em Saúde e manutenção de hospitais filantrópicos e da farmácia popular.

O projeto enviado pelo Executivo propunha a destinação de 50% para a Saúde e 50% para a Assistência Social. O texto foi alvo de polêmicas, pedidos de vistas e acabou alterado por um substitutivo integral. A proposta de 80/20, feita pelo deputado estadual Eduardo Botelho (DEM), foi aceita pela maioria dos parlamentares e pelo governador Mauro Mendes (DEM).

Na votação desta segunda, o projeto foi aprovado por 20 parlamentares e teve apenas dois votos contrários, de Lúdio Cabral (PT) e Ulysses Moraes (PSL). Eles defendiam que os recursos do FEEF fossem destinados exclusivamente à Saúde. Outros dois deputados se abstiveram da votação: Faissal Calil (PV) e Xuxu Dal Molin (PSC).

A destinação dos recursos de Saúde também



Texto aprovado pela Assembleia destina maior parte dos recursos para hospitais filantrópicos

foi alterada. Inicialmente, 20% da arrecadação do FEEF era destinada à Assistência Farmacêutica, com o restante dos valores sendo divididos entre municípios e hos-

pitais filantrópicos. O texto aprovado retira os 20% da assistência farmacêutica e amplia o montante previsto para as Santas Casas, hospitais e entidades filantró-

picas, que fica com 80% dos recursos destinados à Saúde.

" Fizemos uma divisão dele [fundo], sendo 80% para a Saúde e 20% para [Assistência] Social.

Desses 80% da Saúde, 20% vai para os municípios e o restante para os filantrópicos. Por que o Social? Estamos vivendo um momento onde precisamos atender também as pessoas e levar alimento. Assistência é importante", explicou Botelho, momentos antes da votação.

Com a aprovação do projeto, apenas as empresas que atuam na fabricação de óleos vegetais brutos, fábrica de óleos refinados e venda de farelo de soja vão contribuir mensalmente com o fundo. Estas empresas recebem incentivos e benefícios fiscais ou financeiros relacionados ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Conforme dados apresentados pelo governador Mauro Mendes (DEM), o estado arrecadou R\$ 39,2 milhões nos cinco primeiros meses deste ano com a contribuição obrigatória destas empresas.



Mauro destacou que prêmios buscam incentivar aplicação das 19 vacinas disponibilizadas pelo PNI

IMUNIZA MAIS MT

Governo do Estado cria mais um incentivo para vacinação

Da redação

Cidades que apresentarem melhor desempenho na vacinação contra todas as doenças serão premiadas pelo governo do Estado. É o que prevê o programa Imuniza Mais MT, lançado na quarta-feira (21) pelo governador Mauro Mendes (DEM) e o secretário de Estado de Saúde, Gilberto Figueiredo. Serão distribuídos R\$ 65 milhões aos municípios por meio da premiação, mas esses recursos só podem ser aplicados na Saúde Pública.

Durante a apresentação, foram apresentados dados que apontam que a cobertura vacinal em Mato Grosso está muito abaixo do esperado para conter o avanço de doenças altamente infecciosas. O pior resultado é da vacina tetra viral, que previne sarampo, caxumba, rubéola e varicela. Segundo os dados do governo, a cobertura dessa vacina atingiu apenas 4% em 2021, contra 79% em 2019.

"É um programa que visa estimular todas as 141 prefeituras e secretarias de Saúde a se lançarem a esse desafio de melhorar a cobertura vacinal no estado de Mato Grosso. Nesse momento nós falamos de covid, mas não podemos esquecer que existem 19 outras vacinas na cesta disponibilizada pelo PNI, que são importantes e vão

desde os primeiros dias de vida e ajudam a evitar doenças", explicou o governador.

Em um primeiro momento, serão avaliados os resultados da vacinação contra covid-19 e Influenza, cujo prêmio será distribuído já em outubro. Para isso, serão analisados dados sobre a cobertura vacinal disponíveis até 31 de setembro. Os municípios serão divididos em seis categorias populacionais, com três faixas de prêmio cada, totalizando R\$ 2,07 milhões em premiações.

"É mais um 'esquentar' para os prefeitos perceberem a importância. Mas a grande premiação vem ao final de 2021, quando nós iremos olhar todas as vacinas, não só de covid, mas todas as demais disponibilizadas dentro das metas que nós temos. Aí, em janeiro, nós fechamos e vamos avaliar em quatro categorias: bronze, prata, ouro e diamante", explicou Mauro.

Essa primeira premiação também busca estimular as prefeituras a atualizarem os dados sobre a aplicação da vacina contra covid-19, já que Mato Grosso continua entre os estados com pior resultado, embora o Estado tenha distribuído as doses que recebeu do governo federal. Segundo o governo, essa diferença se dá por uma falha dos

gestores em informarem a aplicação da vacina no sistema do Ministério da Saúde.

"Não adianta aplicar se não entrar no sistema do DataSUS e informar o que fez, se não vai ficar parecendo que não fez", disse Mauro.

A partir do segundo prêmio, passará a ser avaliada a cobertura de todas as vacinas distribuídas por meio do Programa Nacional de Imunização (PNI). A premiação acontecerá em janeiro de 2022, tomando como base o desempenho de cada município em 2021.

Para efeitos de comparação e distribuição dos prêmios, os municípios serão separados em categorias populacionais. Isso busca garantir uma disputa 'mais justa', já que o esforço necessário para vacinar uma população de 100 mil habitantes é menor do que o necessário para imunizar uma população de 5 mil pessoas.

INVESTIMENTOS - Além da premiação, o governo informou que está realizando uma série de investimentos na estrutura da rede de imunização em Mato Grosso, como compra de materiais de consumo (seringas, agulhas, EPI e outros), equipamentos (câmaras frias e veículos refrigerados) além de reforma e ampliação na 'rede de frio'.

PROTESTO ANTI-FERROGRÃO

Mauro: "Se ativista vier aqui, vai 'tomar na testa'"

Da redação

O governador Mauro Mendes (DEM) voltou a criticar a mobilização feita por ativistas internacionais contra a construção da Ferrogrão, que ligará Sinop aos portos de Miritituba, no Pará. "Se vir aqui vai tomar na testa", disse o governador, em conversa com jornalistas, durante lançamento do programa Imuniza Mais MT.

A comitiva internacional é ligada à Internacional Progressista, entidade criada no ano passado pelo senador americano Bernie Sanders e pelo ex-ministro das Finanças da Grécia Yanis Varoufakis. O grupo reúne políticos, ativistas e celebridades

de diversos países em torno de pautas ambientais e progressistas. Eles foram convidados para vir ao Brasil tratar da Ferrogrão pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), ONG que é contrária à ferrovia.

Indagado sobre como eles seriam recebidos, Mauro disse que todos são bem-vindos, mas aconselhou os ativistas a voltarem para o país de origem e "plantar uma árvore por lá. Aqui a gente cuida".

"Vou recebê-los assim: temos 80% de mata preservada nessa região. Qual a sua região e quanto você tem de mata preservada lá? No dia que você chegar na metade do que nós te-

mos, vocês voltam aqui para discutir", disse.

Com cerca de mil quilômetros de extensão, a Ferrogrão tem um investimento estimado em cerca de R\$ 21 bilhões e é considerada a principal aposta do governo Jair Bolsonaro para a logística brasileira. O planejamento prevê que a ferrovia entre em operação até 2030.

A delegação deve passar seis dias no Brasil, período no qual irá visitar as cidades de Brasília (DF), Santarém e Belém (PA) para participar de encontros sobre a ferrovia. A agenda também deve incluir reuniões com membros do Ministério Público, lideranças indígenas, órgãos de controle e partidos de esquerda.

AUXÍLIO EMERGENCIAL

AL aprova prorrogação e melhoria no Ser Família

Da redação

Os deputados estaduais aprovaram a mensagem nº 120/2021 do Executivo, que prorroga o pagamento do Ser Família Emergencial em Mato Grosso. A emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 602/2021, proposta pelo presidente da Assembleia Legislativa, Max Russi (PSB), garantiu a vinculação do recebimento do auxílio à realização de um curso ofertado pelo município, Estado ou entidade sem fins lucrativos, com carga horária mínima de 20 horas.

Outra emenda de Max, também acatada pelo Parlamento, vai possibilitar a inclusão do Ser Família Emergencial ao Ser Família, liberando a soma dos montantes.

O programa consiste na entrega de cartões, que atenderão grupos específicos e famílias em situação de vulnerabilidade social.

Russi, que foi um dos articuladores junto ao governo para a execução dos programas de transferência de renda, comemorou a aprovação de ambas as medidas.

"A pandemia ainda está muito presente em nosso Estado e essas medidas são necessárias, para que possamos continuar amparando as famílias em situação de vulnerabilidade. Ofertar cursos de qualificação é levar mais esperança a essas famílias", avalia.

Na proposta do Executivo Estadual, o valor mensal de R\$ 150 reais deverá ser creditado na

conta das famílias beneficiadas de agosto a setembro de 2021. Já a partir de outubro, serão pagos R\$ 200 reais, bimestralmente, até dezembro 2022.

Outra alteração prevista pela proposta do governo é em relação ao requisito de renda per capita de cada família, que é de R\$ 89 reais, mas poderá ser ampliado por meio de decreto.

O Ser Família Emergencial é um programa de distribuição de renda concedido por meio de parceria com a Assembleia Legislativa. Ao todo, estão aportados investimentos na ordem de R\$ 75 milhões nesse programa, sendo R\$ 10 milhões disponibilizados pelo Legislativo, relativos à devolução de parte do duodécimo.

ELEIÇÕES 2022

Segundo o governador, novo presidente precisa ser alguém menos interessado em se envolver em polêmicas e que consiga entregar resultados

Governador defende 'terceira via'

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

Da redação

O governador Mauro Mendes (DEM) defendeu a construção da chamada 'terceira via' para enfrentar os possíveis candidatos à Presidência da República, Lula (PT) e Jair Bolsonaro. A fala de Mendes mostra alinhamento com a executiva nacional do partido, que também se aliou ao MDB e ao PSDB na busca por um nome viável para o pleito presidencial.

Mauro citou que o PT ficou 14 anos no poder e não conseguiu acabar com a miséria no Brasil, conforme prometido, e ainda acabou envolvido em diversos escândalos de corrupção. Ele lembrou ainda que, na tentativa de mudar de

rumo, a população acabou elegendo Bolsonaro para ser um contraponto de tudo que o país tinha vivido na era PT. Só que, em sua avaliação, essa aposta também não deu certo.

"Milhões de brasileiros, inclusive eu e provavelmente muitos aqui, acreditaram que este caminho levaria o Brasil a uma nova realidade e novo momento, mas, lamentavelmente, o PT está aí. Quem matou, está ressuscitando o PT. Então, nós precisamos dialogar o Brasil", disse.

Na avaliação do governador, é preciso escolher um candidato que se envolva em menos confusões que o atual presidente, Jair Bolsonaro, e tenha maior foco na administração pública. Conforme Mauro, para governar o país e acelerar a recuperação após a pandemia é preciso apresentar resultados, não apenas ficar produzindo 'bravatas'.

A fala de Mauro se alinha à do deputado federal Carlos Bezerra, líder do MDB em Mato



Mauro defende que união em torno de um nome que seja alternativa à polarização entre Lula e Bolsonaro

Grosso, que também defendeu uma mudança em 2022. Bezerra citou que o Brasil atualmente é sétimo pior país em desigualdade social e que a fome e a desigual-

dade cresceram rapidamente nos últimos anos.

Por outro lado, Bezerra destacou que atualmente o número de bilionários cresceu no Brasil e, atualmente,

existem 65 bilionários que não contribuem com a geração de empregos e distribuição de renda em larga escala. Diante disso, Bezerra se comprometeu a trabalhar para

que a terceira via seja viável, como uma forma de reduzir a desigualdade social no Brasil.

Ainda não há um nome de consenso para representar a terceira via, embora haja alternativas postas à mesa: os governadores João Dória (SP) e Eduardo Leite (RS), do PSDB; o apresentador Luciano Huck; e os ex-ministros Sérgio Moro e Henrique Mandetta (DEM).

REELEIÇÃO – Assim como na esfera nacional, DEM e MDB se encontram alinhados em Mato Grosso. Só que essa relação ainda não se estende para o pleito eleitoral de 2022, quando Mauro Mendes irá disputar a reeleição ao governo do Estado.

Durante o encontro regional do MDB, realizado na última segunda (19), Bezerra se comprometeu a permanecer 'fechado' com Mauro até o final de 2022. No entanto, ele também destacou que o posicionamento do partido na eleição será definido somente no próximo ano.



Assessoria/TJMT

Desembargador apontou risco de prejuízo grave aos estudantes com manutenção das aulas remotas na rede estadual

VAI VOLTAR

TJ libera reabertura de escolas

Da redação

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), em decisão liminar, suspendeu a eficácia da lei que condiciona o retorno das aulas presenciais na rede estadual à comprovação da imunização completa dos professores. A decisão foi proferida na noite desta quarta-feira (21) pelo desembargador Paulo da Cunha, no âmbito de uma ação movida pelo Ministério Público de Mato Grosso (MP-MT).

Com a decisão, o governo do Estado fica liberado para prosseguir com o planejamento de reabertura das escolas no dia 3 de agosto, quando terão início as aulas na modalidade híbrida. Esse método prevê uma mistura entre atividades presenciais e remotas, com rodízio de estudantes para evitar lotação nas salas de aula.

Paulo da Cunha acolheu o argumento do MP sobre a inconstitucionalidade da lei estadual. O desembargador citou que a lei aprovada pelo Parlamento estadual apresenta inconstitu-

cionalidade formal por vício de iniciativa. Isso porque a gestão administrativa do Estado é de competência exclusiva do Poder Executivo.

"A Casa de leis interferiu de forma direta nas atividades da Seduc, a quem compete, entre outras atribuições, administrar as atividades estaduais de educação, imiscuindo-se no juízo de conveniência e oportunidade da gestão estadual, por ser atividade nitidamente administrativa, representativa de atos de gestão, de escolha política para a satisfação das necessidades essenciais coletivas", diz trecho da decisão.

O Ministério Público alegou que o atraso na reabertura das escolas estaduais trará ainda mais prejuízos aos alunos da rede pública, já que as aulas presenciais foram retomadas em alguns municípios e na rede particular. O MP aponta ainda que outros servidores da rede estadual continuam trabalhando sem a exigência de vacinação, o que resulta em tratamento diferenciado para os servidores da Educação.

Assim, segundo o órgão ministerial, a lei fere os princípios da razoabilidade e do direito à educação.

Paulo da Cunha ainda acrescentou que os próprios deputados entraram em contradição no texto aprovado para a lei, pois colocaram a educação como atividade essencial em Mato Grosso, proibindo o fechamento das escolas durante a pandemia, mas condicionaram a reabertura das escolas estaduais à vacinação.

"É indiscutível, uma vez que a norma encontra-se em vigor e o retorno das atividades e aulas, na modalidade presencial, na rede pública de ensino, está previsto para 3 de agosto de 2021, conforme calendário da Secretaria Estadual de Educação, o que gerará prejuízos aos alunos e aos profissionais da rede de ensino estadual, pois existente cronograma de calendário a cumprir", completou o magistrado.

As partes envolvidas têm o prazo legal de cinco dias para se manifestar sobre a decisão proferida.

RESISTÊNCIA

Valdeir do Sintep: "Não é o Judiciário que irá determinar"

Da redação

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público (Sintep-MT), Valdeir Pereira criticou a decisão do Tribunal de Justiça que autoriza a retomada das atividades presenciais na rede pública estadual. Em vídeo encaminhado à imprensa na quinta-feira (22), Valdeir afirma que irá deliberar com a categoria, em assembleia geral, sobre a volta às salas de aula.

Valdeir afirmou que o Sintep sempre se pauta pela legislação vigente, mas, nesse caso específico, não é o Judiciário que irá obrigar os educadores a voltarem à atividade presencial, mas sim o contexto da pandemia. Valdeir ainda afirma que, ao defender a reabertura das escolas para atividades presenciais, os governos "lavam as mãos" para as vítimas que porventura venham a se contaminar e até falecer em decorrência da covid-19.

"Já sabemos que o Judiciário do Estado de Mato Grosso raramente tem posições favoráveis aos trabalhadores da Educação. Como há poucos dias nós tivemos um julgamento vergonhoso da inconstitucionalidade da lei 510, a Lei de Dobra do Poder de Compra. E não são esses parâmetros do Judiciário que, em plena pandemia, se determinará o retorno ou não das atividades no âmbito das nossas escolas", citou.

Apesar das críticas à decisão, Valdeir ainda não disse como o Sintep irá se posicionar. Ele afirmou que pretende realizar uma assembleia geral da categoria para deliberar sobre o assunto. Em outra oportunidade, essa mesma assembleia deliberou por não retornar às salas de aula até que todos os professores estejam completamente imunizados, com as duas doses de vacina contra a covid-19.

"Chamaremos os trabalhadores da Educação

para fazer discussão e com base nesse debate é que nós teremos a decisão se as aulas e se as nossas escolas estão efetivamente preparadas e os nossos trabalhadores imunizados para retornar as atividades presenciais nas escolas de Mato Grosso", concluiu.

ENTENDA O EMBATE – As aulas presenciais em Mato Grosso estão suspensas desde março de 2020, como medida de prevenção à proliferação do novo coronavírus no ambiente escolar.

Em junho deste ano, a Assembleia Legislativa promulgou uma lei que condiciona o retorno das atividades presenciais na rede pública estadual à imunização completa dos professores.

A norma está inserida em uma lei que torna a Educação um serviço essencial, impedindo o fechamento de escolas durante a pandemia. Esse trecho havia sido vetado pelo governador Mauro Mendes (DEM), mas o veto foi derrubado pela Assembleia.



Valdeir diz que Sintep fará assembleia geral para deliberar sobre volta às aulas

SEGUNDA CHANCE

Uma dessas empresas é a Eletroconstro Prestação e Terceirização de Serviços, responsável pela limpeza urbana dos municípios de Cuiabá e Várzea Grande

Reinserção muda vida de egressos

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

Da redação

Voltar ao mercado de trabalho é um dos principais desafios para a ressocialização dos egressos do sistema prisional brasileiro. Para ajudar a diminuir essa dificuldade, iniciativas como a da Fundação Nova Chance do Governo de Mato Grosso são essenciais, direcionando homens e mulheres para trabalhar em empresas dispostas a acolhê-los.

Uma dessas empresas é a Eletroconstro Prestação e Terceirização de Serviços, responsável pela limpeza urbana dos municípios de Cuiabá e Várzea Grande, e já contratou mais de 250 reu-

perandos desde 2016. As pessoas encaminhadas pela Nova Chance recebem salário, uniforme, alimentação, vale transporte e capacitação com técnicos de segurança do trabalho, assim como qualquer outro funcionário da empresa.

“Nós temos egressos em diferentes equipes, como, por exemplo, as que fazem limpeza de vias públicas, coleta de lixo, pintura de meio fio e roçagem” explica Neimar Toledo, diretor da Eletroconstro.

Sem essa oportunidade, muitos egressos se tornam reincidentes. Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) o índice de reincidência de pessoas que já cumpriram pena pode variar entre 60% a 70%, uma vez que sem perspectiva ou oportunidades de reinserção no mercado de trabalho, essa parcela da população acaba voltando a cometer delitos.

Após um ano de prestação de serviços e sem

novas infrações perante a Justiça, os reeducandos e egressos têm a oportunidade de efetivação na empresa. É o caso do Daniel Rosa da Silva, de 54 anos. Encaminhado em 2017 como reeducando, Daniel foi efetivado e permanece trabalhando em uma equipe de limpeza em Cuiabá.

“Só tenho coisas muito boas para falar sobre essa oportunidade. Eu dou graças a Deus de ter mudado de vida, e principalmente pela empresa que me deu essa chance”, agradece.

Além de ser uma oportunidade de reinserção na sociedade para os reeducandos e egressos do sistema prisional, um trabalho também representa a garantia de subsistência de várias famílias em situação de vulnerabilidade, destaca a Diretora Executiva da Fundação Nova Chance, Michelli Egues Dias Monteiro.

“Por isso, entendemos como fundamen-



Lutando contra o preconceito, ex-detentos mostram que podem contribuir com a sociedade

tal que empresas como a Eletroconstro sejam nossas parceiras, pois auxiliam a sociedade como um todo, ao oportunizar a essas pessoas, uma nova chance.” destaca a diretora.

Para o diretor da empresa, a progressão dos ex-detentos para cargos melhores é comum, pois há muita dedicação de quem está buscando uma nova chance de viver em so-

cidade. “A maioria do pessoal que trabalha conosco teve uma nova chance. A gente nunca sabe a capacidade que o outro tem e há muitos talentos escondidos por aí” finaliza.

SOLIDARIEDADE

Família faz rifa para pagar cirurgia de bebê

Da redação

A família de uma criança de apenas um ano e oito meses pede ajuda. A pequena Eloá foi diagnosticada com Craniossistonose bilateral tipo braquecefalia, um problema que impede o desenvolvimento natural do crânio, e tem uma cirurgia marcada com um especialista em São Paulo para o dia 25 de agosto deste ano. Todos os gastos com a operação serão de R\$ 95 mil e, para custear tudo, a família de Eloá resolveu rifar uma moto zero km, o valor da rifa é de apenas R\$ 20,00.

Esta não é a primeira cirurgia da criança. Aos 3 meses de vida ela passou por uma operação para corrigir o defeito, mas ao passar do tempo a mãe de Eloá notou que o crescimento da cabeça da filha não estava sendo normal. Ela identificou um inchaço

estranho se desenvolvendo acima do seu olho direito.

A pequena Eloá foi até São Paulo para poder fazer exames e lá descobriu que a membrana conhecida como “dura-máter”, responsável por proteger o cérebro, estava rompida, junto com duas lesões cranianas da primeira cirurgia. Eloá pode sofrer lesões na parte frontal do cérebro e isso pode prejudicar seu desenvolvimento neurológico.

Saiba como ajudar Para custear o tratamento, a mãe de Eloá resolveu rifar uma CG 160 fan, o KM. Por apenas R\$ 20,00, qualquer pessoa pode participar e concorrer ao prêmio.

“Hoje estamos com 2.250 números vendidos no valor de 20 reais cada e precisamos vender 2.750 números para arrecadar os 95 mil reais que foi cobrado para realização da cirurgia” disse a mãe de Eloá em entrevista.

Passo a passo

- 1 - Acessar o site www.eloasousamarin.com.br/
- 2 - Clique em “sorteios”
- 3 - Clique em “comprar”
- 4 - Escolha seus números
- 5 - Clique em “Finalizar”
- 6 - Preencha: Nome Completo, E-mail e Celular
- 7 - Clique em “confirmar reserva”
- 8 - Faça seu pagamento via pix 10400668106 e
- 9 - Envie o comprovante de pagamento via whatsapp (65) 99216-3816
- 10 - Aguarde sua confirmação e Boa Sorte!

*Estagiário sob a supervisão do editor Tarley Carvalho



Eloá foi diagnosticada com Craniossistonose bilateral tipo braquecefalia



BOX PARA BANHEIRO

Qualidade em Vidros!
Segurança, Durabilidade,
Beleza e Conforto.


CASA DOS VIDROS

☎ 65.3642-3344

FAÇA HOJE MESMO
O SEU ORÇAMENTO!

EM AGOSTO

144 novos ônibus começam a rodar

Da redação

Os 144 novos veículos de transporte coletivo começarão a rodar em agosto em Cuiabá. Os novos carros serão incorporados à atual frota que conta com 382 coletivos, atendendo a um total de 260 mil usuários/dia. Os novos coletivos estão passando por adaptações operacionais que incluem instalações de câmeras (4 em cada coletivo) e sistema de bilhetagem.

“Empurrado com a barriga por vários outros prefeitos que não tiveram a coragem de melhorar o transporte público, nós fizemos. Foi difícil, mas, não impossível. Após 20 anos, o povo será contemplado com a frota 100% renovada, com veículos com ar-condicionado, wi-fi e todos adaptados para PCDs”, disse Emanuel Pinheiro, prefeito de Cuiabá.

Cuiabá irá receber coletivos projetados para que a operação seja possível nas vias ou corredores exclusivos, contando com quatro portas, sendo duas no nível da rua ou avenida e duas no nível do corredor, além de elevador e rampa de acesso, tornando os veículos 100% acessíveis.

As 140 novas unidades foram produzidas nas fábricas da Caio e da Marcopolo, instaladas nas cidades de Botucatu (SP) e de Caxias do Sul (RS). Até o fim do mês de julho, toda a nova frota de ônibus já terá sido entregue para capital.

As linhas de ônibus foram divididas em quatro lotes, arrematados por quatro empresas distintas. São elas: Integração Transporte LTDA; Caribus Transportes e Serviços LTDA; Rápido Cuiabá Transporte Urbano LTDA e Viação Paraense LTDA.

SONHO ANTIGO

Construção de ferrovia que ligará Rondonópolis a Lucas do Rio Verde ficará a cargo da iniciativa privada, com investimento de R\$ 12 bi

'Trem do Vuolo' chegará em Cuiabá

Delfim Martins/ Blog do Planalto

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

Da redação

Movimento pró-ferrovia em Mato Grosso ganhou mais um reforço do governo estadual. Um edital de chamamento público para construção da ferrovia estadual que ligará Cuiabá aos municípios de Rondonópolis, Nova Mutum e Lucas do Rio Verde foi anunciado pelo governador Mauro Mendes (DEM). A medida busca acelerar a expansão dos trilhos da Ferronorte.

"Eu tenho absoluta convicção de que essa medida é mais uma que vai levar esse estado ao desenvolvimento. Importante não só para o agro, mas para a indústria e o comércio, para dar competitividade à economia de Mato Grosso", disse o governador. "Nós entendemos que essa ferrovia, a ligação dela com o Médio-Norte de Mato Grosso, é extremamente importante para o nosso estado e para o Brasil", completou, mais tarde, em conversa com jornalistas.

A Rumo Logística, empresa que já explora a concessão da Ferronorte até Rondonópolis, foi a primeira a manifestar interesse em construir esses trechos da ferrovia, que somam cerca de 730 km. O investimento total é estimado em R\$ 12 bilhões e a empresa terá direito a explorar a concessão por até 45 anos.

"Houve uma manifestação de interesse privado, da empresa que explora uma concessão federal até Rondonópolis. E a lei determina que, se tem uma manifestação, tem que abrir a chamada pública para outros interessados se manifestarem em até 45 dias", disse o secretário de Estado de Fazenda, Rogério Gallo.

Como já há um interessado, o chamamento público deverá ser encerrado em 45 dias. As obras podem ter início em até seis meses após a assinatura do contrato e a liberação da licença ambiental de instalação do empreendimento. Caso se confirme esse calendário, o terminal de Cuiabá deve estar concluído no segundo semestre de 2025, chegando a Lucas do Rio Verde no segundo semestre de 2028.

Gallo destacou que o chamamento público para a concessão por meio de autorização representa um avanço legislativo em Mato

Grosso. Neste modelo, o governo repassa todos os riscos e benefícios do empreendimento à iniciativa privada, ficando responsável apenas por regular a prestação dos serviços.

Outra novidade do modelo adotado pelo governo estadual diz respeito ao compartilhamento da infraestrutura. Com isso, empresa responsável pela construção da ferrovia não terá o uso exclusivo da estrutura. Em uma analogia, é como uma rodovia concedida, em que há cobrança de pedágio para uso do trecho que pertence à iniciativa privada. A empresa que construir a ferrovia poderá cobrar um 'pedágio' pelo uso dos trilhos por outras empresas.

A luta para garantir a chegada da ferrovia em Mato Grosso começou há mais de quatro décadas, em meados da década de 1970, por meio do ex-senador Vicente Vuolo, que também foi prefeito da capital. Por isso que a Ferronorte foi batizada em seu nome, como forma de lembrar sua dedicação à causa.

ALTERNATIVA REGIONAL - A concessão por meio de autorização foi criada em Mato Grosso por meio da lei complementar nº 685/2021. A lei já foi elaborada com objetivo de acelerar a expansão da



Se o cronograma seguir como planejado, o Terminal de Cuiabá deve começar a operar no segundo semestre de 2025

Ferronorte até Cuiabá, como alternativa ao entrave burocrático criado pelo governo federal.

A construção da 'Malha Norte' fazia parte dos planos da Rumo Logística e foi um dos compromissos assumidos como contrapartida para prorrogação da concessão da Malha Paulista. Contudo, a empresa e o governo federal en-

traram em divergência sobre o modelo para liberar a construção deste trecho. Por fim, chegou-se ao entendimento de que a autorização seria a forma mais rápida, mas o projeto que prevê esse regime de concessão na legislação federal ainda está travado para apreciação no Senado.

Diante do lapso federal, a Assembleia

Legislativa de Mato Grosso se mobilizou para fazer alterações na Constituição Estadual e em outros trechos de legislação para permitir a concessão por autorização no trecho estadual. Como a expansão da Ferronorte se dá completamente dentro de Mato Grosso, essa se tornou a 'saída' do mar de burocracia.

INFRAESTRUTURA

Ferrovia deve 'cobrir' 27 municípios

Da redação

Um Mato Grosso mais competitivo, com maior capacidade de escoamento dos produtos do agronegócio. É assim que os prefeitos de Lucas do Rio Verde e Primavera do Leste, Miguel Vaz (Cidadania) e Leonardo Bortolin (MDB), avaliam a situação de Mato Grosso nos próximos 10 anos com o anúncio da implantação da primeira ferrovia estadual.

Anunciada pelo governador Mauro Mendes (DEM), a ferrovia terá 700 quilômetros de linha férrea, com terminais que vão interligar Rondonópolis a Cuiabá, bem como Rondonópolis com Nova Mutum e Lucas do Rio Verde. Com isso, os municípios passarão a

se conectar com a malha ferroviária nacional, em direção ao Porto de Santos (SP).

O edital de chamada pública para implantação da ferrovia, sob regime privado, está aberto e o investimento previsto é de R\$ 12 bilhões. A previsão é que o terminal de Cuiabá seja concluído até o 2º semestre de 2025 e o de Lucas do Rio Verde até o 2º semestre de 2028. Uma vez implantada, a operação e exploração da ferrovia fica autorizada pelo prazo de 45 anos.

Diretamente beneficiado, o município de Lucas do Rio Verde já prevê importantes resultados com a implantação de um ramal na cidade. Para o prefeito Miguel Vaz, a ampliação

do corredor rodoferroviário até o município vai melhorar a infraestrutura de escoamento da produção de grãos e conectar as duas regiões mais produtivas de Mato Grosso.

"Esse momento é muito importante. Representa para a região mais investimentos, geração de emprego, renda e recursos que ficam no campo e isso acaba retornando em mais investimentos em novas áreas de plantio. Então, ganha o produtor rural, o setor produtivo, o Estado de Mato Grosso e o Brasil, pois melhora a competitividade", afirmou.

O prefeito de Primavera do Leste, Leonardo Bortolin, também já vislumbra a ampliação

na produção do agronegócio da região, o consequente aumento do Produto Interno Bruto (PIB) estadual e a maior participação de Mato Grosso na produção nacional, após a ampliação da malha rodoferroviária no Estado.

"Mato Grosso avança e está dando um passo inédito. Isso vai ser um marco no que tange o desenvolvimento regional. Para nós é um motivo de bastante alegria. Essa é uma nova forma de viabilizar o projeto como esse e acreditado muito que a ferrovia vai fazer com que Mato Grosso, nos próximos 10 anos, tenha um dos maiores PIB do Brasil", concluiu Bortolin.

Estudos realizados pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra) apontam que a implantação da ferrovia vai impactar diretamente 27 municípios de Mato Grosso. Além de Primavera do Leste, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Cuiabá e Rondonópolis, que receberão os terminais, as cidades de Juscimeira, São Pedro da Cipa, Jaciara, Santo Antônio do Leverger, Várzea Grande, Chapada dos Guimarães, Rosário Oeste, Nobres, Diamantino, Sorriso, Sinop, Vera, Nova Ubiratã, Santa Rita do Trivelato, Paranatinga, Planalto da Serra, Nova Brasilândia, Campo Verde, Poxoréu, São José do Povo e Pedra Preta também serão beneficiados, pois poderão se utilizar dos terminais da ferrovia.

QUESTÃO INDÍGENA

Ativistas internacionais querem barrar a Ferrogrão

Da redação

Um grupo internacional de ativistas e políticos de esquerda virá ao Brasil no dia 15 de agosto, com o objetivo de fazer pressão contra a construção da Ferrogrão, ferrovia que deve ligar Sinop aos portos de Miritituba, no Pará. A informação foi revelada pelo jornal *Folha de São Paulo* na segunda-feira (19).

A Ferrogrão é um sonho antigo dos produtores da região Norte de Mato Grosso, pois sua construção pode derubar o preço do frete em até 30%, aumentando a competitividade do agronegócio mato-grossense no mercado mundial. No entanto, o projeto é marcado por entraves ambientais, pois o traçado da ferrovia corta terras indígenas e áreas de proteção ambiental da Amazônia.

Essa polêmica ambiental atraiu a atenção de uma parcela da Internacional Progressista, entidade criada no ano passado pelo senador americano Bernie Sanders e pelo ex-ministro das Finanças da Grécia Yanis Varoufakis. O grupo reúne políticos, ativistas e celebridades de diversos países em torno de pautas ambientais e progressistas.

De acordo com as informações da Folha, a delegação que virá ao Brasil ainda está sendo formada. Ela deve incluir parlamentares da Espanha e da Alemanha,

lideranças indígenas dos Estados Unidos e outros ativistas. A visita atende a um convite feito pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), que é contrária à construção da Ferrogrão.

A delegação deve passar seis dias no Brasil, período no qual irá visitar as cidades de Brasília (DF), Santarém e Belém (PA) para participar de encontros sobre a ferrovia. A agenda também deve incluir reuniões com membros do Ministério Público, lideranças indígenas, órgãos de controle e partidos de esquerda.

Os processos de construção da ferrovia encontram-se paralisados desde março deste ano, por ordem do Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu a eficácia de uma lei que reduziu o tamanho do Parque Nacional do Jamanxim para permitir a construção da Ferrogrão. Na ocasião, o ministro Alexandre de Moraes apontou vício na forma como a alteração ocorreu, por meio de medida provisória, sem a realização de audiências públicas.

Com cerca de mil quilômetros de extensão, a Ferrogrão tem um investimento estimado em cerca de R\$ 21 bilhões e é considerada a principal aposta do governo Jair Bolsonaro para a logística brasileira. O planejamento prevê que a ferrovia esteja concluída até 2030.



Ricardo Botelho/Minfra

Com 700 km de extensão, ferrovia estadual deve atrair R\$ 12 bilhões em investimentos

+ DE 140 NOVOS ÔNIBUS

**RESPEITO
CONFORTO
E DIGNIDADE
PARA NOSSA GENTE**



CUIABÁ SEGUE EM FRENTE!

Os ônibus novos chegam com ar-condicionado, câmeras de segurança, Wi-Fi grátis e espaço reservado para pessoas com deficiência.



@cuiabaprefeitura
prefeituracba
/CuiabaSecom